

“Temos de agir, todos nós”, convoca Biden

O presidente Joe Biden convocou o mundo a “agir” para frear o aquecimento global, assumindo um compromisso pelos Estados Unidos de reduzir as emissões poluentes, uma postura aplaudida pela comunidade internacional após a negação do governo Donald Trump.

“O custo da inação continua subindo. Os Estados Unidos não vão esperar”, enfatizou o mandatário americano na Cúpula do Clima, que reúne cerca de 40 líderes por videoconferência, incluindo os rivais China e Rússia. “Temos que agir, todos nós”, insistiu.

Biden — que fez os EUA retornarem ao Acordo de Paris após a retirada orquestrada por Trump, um cético da mudança climática — anunciou que a maior economia do mundo reduzirá as emissões de gases de efeito estufa em 50%-52% até 2030 em comparação aos níveis de 2005.

Além disso, o presidente americano afirmou que Washington dobrará sua ajuda relacionada ao clima para os países em desenvolvimento até 2024, em relação aos níveis registrados 10 anos antes.

O Acordo de Paris, de 2015, visa limitar o aquecimento global a 2 graus Celsius acima dos níveis pré-industriais e, se possível, a + 1,5°C, o nível que os cientistas consideram necessário para evitar os efeitos mais severos das mudanças climáticas. “Até agora, mais da metade da economia global se comprometeu a respeitar a meta”, disse John Kerry, enviado dos EUA para o Clima.

O Japão, a terceira maior economia do mundo, anunciou que pretende reduzir as emissões de CO2 em 46% até 2030, significativamente mais do que o prometido anteriormente. E o Canadá prometeu uma diminuição de suas emissões entre 40% e 45% até 2030 em relação a 2005, em vez de 30% anteriormente.

Nesta semana, a União Europeia garantiu que vai cortar as emissões “em pelo menos 55%”

Brendan Smialowski/AFP



O custo da inação continua subindo. Os Estados Unidos não vão esperar”

Joe Biden, presidente dos EUA

» Greta Thunberg acusa líderes

A ativista sueca Greta Thunberg, 18 anos, atacou os políticos em uma audiência por vídeo no Congresso dos Estados Unidos, na qual exigiu que parassem de subsidiar os combustíveis fósseis. “Por quanto tempo vocês acham que podem continuar ignorando a crise climática, o aspecto global do patrimônio e das emissões históricas sem serem responsabilizados?”, questionou a jovem ativista, enquanto ocorria a Cúpula do Clima.

Meses cruciais

Um estudo da ONU, no final do ano passado, concluiu que o planeta caminha para um aquecimento de + 3°C, o que poderia ser catastrófico. “Os próximos seis meses serão cruciais”, afirmou John Kerry, enviado dos EUA para o Clima. “Acredito que Glasgow é nossa última esperança para que o mundo se una e se mova na mesma direção”.

até 2030 em comparação com 1990, depois que o Reino Unido prometeu uma meta ambiciosa de reduzir suas emissões em 78% até 2035 em relação aos níveis de 1990.

O primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, que sediará a

COP26 em Glasgow, saudou o compromisso de Biden como um “divisor de águas”. A chanceler alemã, Angela Merkel, também comemorou: “Estou muito feliz em ver que os Estados Unidos estão de volta”.

Para o secretário-geral da Or-

ganização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, as promessas são uma virada para o meio ambiente, mas “ainda há um longo caminho a percorrer”.

O presidente chinês, Xi Jinping, reiterou sua promessa, do ano passado, de atingir a neutralidade de carbono até 2060. A China “seguirá um caminho verde de baixo carbono para o desenvolvimento” nas próximas décadas e “espera trabalhar com a comunidade internacional, incluindo os Estados Unidos”, destacou. Ele prometeu que seu país reduziria o uso do carvão, a forma de energia mais poluente, embora seja uma questão politicamente delicada em razão dos empregos que a mineração proporciona.

A Índia, terceiro maior emissor de CO2, embora muito menor do que os países ocidentais em termos per capita, também não estabeleceu novas metas, mas prometeu uma “parceria” com Biden para impulsionar o investimento verde.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Carl de Souza/AFP



Ajoelhou, tem que rezar

A narrativa ambiental do presidente Jair Bolsonaro mudou da água para o vinho, ontem, na Cúpula do Clima convocada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, que não assistiu a seu discurso, mas mandou o porta-voz americano para o Clima, John Kerry, dizer que gostou do pronunciamento. Bolsonaro prometeu adotar medidas que reduzam as emissões de gases e pediu “justa remuneração” por “serviços ambientais” prestados pelos biomas brasileiros ao planeta.

De certa forma, surpreendeu o próprio Biden. Bolsonaro disse que “não poderia estar mais de acordo” com o apelo dos EUA sobre metas mais ambiciosas para o clima. Não mencionou o Plano Amazônia apresentado na semana passada, mas voltou a mencionar a eliminação do desmatamento ilegal, por meio do Código Florestal, reiterando a promessa da carta que enviara a Biden na semana passada. Anunciou, também, que o Brasil reduzirá emissões em 37%, em 2025, e 40%, até 2030, alcançando a neutralidade climática em 2050, ou seja, 10 anos da meta antes prevista pelo Brasil. São objetivos ambiciosos, porém ficarão por conta dos futuros governos. O problema é o agora.

Não faltaram referências à inclusão dos povos indígenas e comunidades tradicionais em questões de bioeconomia, bem como à melhoria nas condições de vida da população da

Amazônia. Também àqueles que vivem na região amazônica. Bolsonaro disse que os mercados de carbono são essenciais para impulsionar investimentos climáticos e anunciou a participação do Brasil na Convenção sobre Diversidade Biológica, na China, em outubro. Aproveitou para pedir ajuda financeira, ao falar da necessidade de pagamentos justos por serviços ambientais.

“Bolsonaro precisa dar demonstrações práticas de que mudou a política ambiental. A mais aguardada é a demissão do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles”

O problema do Brasil é que o discurso de Bolsonaro não corresponde aos fatos até agora. Mesmo que a intenção seja mudar de rumo,

não é possível reconstruir da noite para o dia o que foi destruído, desestruturado ou desorganizado em termos de política ambiental nos últimos dois anos e meio. Bolsonaro precisa dar demonstrações práticas de que realmente mudou a política ambiental. Politicamente, a ação mais aguardada é a demissão do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, o homem que estava “passando a boiada” na Amazônia.

Questão de prática

Difícilmente, com Salles à frente do ministério, até por causa dos desgastes que sofreu com os interlocutores internacionais, ambientalistas e cientistas da área, o Brasil conseguirá ter acesso expressivo ao fundo de US\$ 1 bilhão criado por Estados Unidos, Reino Unido e União Europeia para preservação ambiental. Por causa da extinção do conselho que dirigia o Fundo da Amazônia, anunciada no início da gestão do ministro Salles, Alemanha e Noruega interromperam as doações do fundo, que tem uma reserva de R\$ 2,9 bilhões para combater o desmatamento das florestas, congelada por causa da mudança do modelo de gestão dos recursos feita por Salles.

Presidente do Conselho Nacional da Amazônia, o vice-presidente Hamilton Mourão não participou do encontro. Foi uma sinalização negativa de empoderamento do ministro Salles, que está na mesma situação em que já ficaram o ex-ministro da Saúde Eduardo Pazuello e o ex-chanceler Ernesto Araújo: “se ferraram” cumprindo as ordens negacionistas do presidente da República. E acabaram com a cabeça entregue numa bandeja para seus críticos.

Bolsonaro subordinou as ações do governo aos interesses de setores radicais de sua base eleitoral, como pecuaristas, madeireiros, garimpeiros e grileiros. O impacto do desmonte da política ambiental no desmatamento, na invasão de terras indígenas e nos indicadores de violência no campo escandalizou o mundo. O pecado original foi a aposta de Bolsonaro no negacionismo do ex-presidente Donald Trump, seu aliado principal. Com a eleição de Joe Biden, que reposicionou os Estados Unidos na cena mundial, se tornou mesmo um “pária” internacional. Os Estados Unidos voltaram a ser protagonistas na luta contra o aquecimento global. O isolamento do governo brasileiro exigiu uma mudança de rumo.

Compromisso é dobrar verbas para fiscalização

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, assegurou que o governo vai dobrar o orçamento deste ano para ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, conforme o presidente Jair Bolsonaro afirmou em discurso na Cúpula de Líderes sobre o Clima. O valor a ser destinado à fiscalização ambiental, no entanto, ainda não foi definido, conforme informou.

“Com relação ao orçamento, o número preciso não é possível fornecer agora porque, justamente nesta semana, se está definindo o orçamento junto ao Congresso. Porém, o que é possível dizer é que, se houver disponibilidade, o presidente vai dobrar o recurso”, afirmou. “Isso é importante porque dá sustentação ao pagamento das equipes da Força Nacional, que podem aumentar substancialmente, e que se somam ao que já tem de equipes e à logística do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais), ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Polícia Federal.”

Salles participou de coletiva de imprensa após a fala de Bolsonaro na Cúpula. Em seu discurso, o chefe do Planalto prometeu duplicar os recursos para a fiscalização ambiental, procurou destacar o Brasil na “vanguarda do enfrentamento do aquecimento global” e fez um apelo por contribuições internacionais.

Na mesma linha, Salles disse, na coletiva, esperar recursos de países e empresas estrangeiras para antecipar as metas de desmatamento zero. Segundo o ministro, a participação pode se dar no apoio do Orçamento para as ações de comando e controle e também no incentivo econômico da região.

De acordo com o ministro, o governo desencadeará as ações de controle contra o desmata-

Sérgio Lima/AFP



O ministro Ricardo Salles repetiu promessa de Bolsonaro, mas não detalhou valores ou prazos

Pedido de demissão

O coordenador geral de proteção do ICMBio, Diego Bezerra Rodrigues, pediu exoneração do cargo. A saída dele, segundo fontes ligadas ao órgão ambiental, deve-se a imposições feitas pelo Ministério do Meio Ambiente na nova norma que alterou o processo de atuação ambiental. A mudança paralisou o trabalho dos agentes ambientais em todo o país.

mento ilegal a partir de 1º de maio. Ele destacou que a meta de zerar o desmatamento ilegal considera 2030 como prazo “limite”, mas disse ser possível alcançar o objetivo antes, caso haja finan-

ciamento de governos, empresas ou entidades estrangeiras.

“O presidente determinou a manutenção dos compromissos já assumidos e foi além: ao assumir o compromisso de eliminação do desmatamento ilegal em 2030, reforçou o Orçamento e pode, com essas ações, dar espaço para que (o prazo de) 2030 seja antecipado na prática. Isso será tão mais fortemente feito quanto a gente possa receber recursos tangíveis, volumosos e imediatos de países e empresas estrangeiras”, enfatizou.

O ministro voltou a defender a regulamentação do mercado de carbono nos dispositivos do Acordo de Paris. “O principal mecanismo para fruição de recursos no mundo inteiro será o mercado de carbono construído sob as re-

gras do Artigo 6º do Acordo de Paris. Esse é o elemento-chave para os mecanismos de carbono. O Brasil tem todo interesse e vem incentivando ao máximo que seja elaborada essa implementação”, ressaltou.

Segundo Salles, o Brasil se destaca na preservação ambiental, e os valores pagos até agora estão abaixo do previsto em tratados internacionais.

Salles declarou que está em análise a prorrogação da Operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), que autoriza o emprego das Forças Armadas no combate aos crimes ambientais na Amazônia, a Operação Verde Brasil. A autorização em vigor, concedida por Bolsonaro, termina no próximo dia 30. (GB*)